

APRESENTAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Fernando de Jesus Pereira

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

fernandopereira@ibict.br

<https://orcid.org/0000-0001-5587-4619>

Odilé Maria Moraes Viana de Souza

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

odile.viana@iphan.gov.br

Raphael Bahia do Carmo

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

aphael.carmo@iphan.gov.br

<https://orcid.org/0009-0006-3140-7972>

Marcelle Costal

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

costalcastro@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5898-9163>

Milton Shintaku

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e

Tecnologia, Brasília, DF, Brasil.

shintaku@ibict.br

<https://orcid.org/0000-0002-6476-4953>

RESUMO

O estudo apresenta a implementação da Biblioteca Digital do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (BD-Iphan), no contexto da eScience e da ampliação do acesso à informação no setor público. O objetivo foi desenvolver um modelo de biblioteca digital capaz de organizar, representar e disseminar a produção documental e técnico-científica do Iphan, incluindo dissertações do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural. Metodologicamente, trata-se de um relato de experiência conduzido em parceria entre o Iphan e o Ibict, estruturado em três etapas: (i) levantamento do contexto e da tipologia documental; (ii) criação e customização do modelo de BD, com adoção do software DSpace 7; e (iii) disseminação dos resultados. Os resultados indicam a análise de mais de 700 documentos oriundos de 20 unidades do Instituto, dos quais 42 tipologias técnico-científicas foram selecionadas para integrar a Biblioteca Digital. Foram criadas nove comunidades, incluindo a coleção de Dissertações do Mestrado, já integrada à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Conclui-se que a BD-Iphan, hoje disponível com mais de 300 documentos em texto completo, atua para fomentar a comunicação organizacional, disponibilizando documentos de interesse para o público interno e externo do instituto. O estudo visa estimular que as organizações governamentais adotem softwares livres para a divulgação, compartilhamento e disseminação da informação institucional, como também para promover a transparência e acesso à informação, mas também que adequem os ambientes digitais que são utilizados para descrever e disponibilizar os arquivos digitais.

Palavras-chave: Biblioteca digital. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Memória técnica.

PRESENTATION OF THE DIGITAL LIBRARY OF THE NATIONAL HISTORICAL AND ARTISTIC HERITAGE INSTITUTE

ABSTRACT

The study presents the implementation of the Digital Library of the National Historical and Artistic Heritage Institute (BD-Iphan), In the context of eScience and the expansion of information access in the public sector. The objective was to develop a digital library model capable of organizing, representing, and disseminating Iphan's documentary and technical-scientific output, including dissertations from the Professional Master's Program in Cultural Heritage Preservation. Methodologically, it is an experience report carried out in partnership between Iphan and Ibict, structured into three stages: (i) survey of context and document typologies; (ii) creation and

customization of the digital library model, adopting the DSpace 7 software; and (iii) dissemination of results. The findings indicate the analysis of more than 700 documents from 20 institutional units, of which 42 technical-scientific typologies were selected to integrate the Digital Library. A total of nine communities were created, including the Master's Dissertations collection, already integrated into the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). It is concluded that BD-Iphan, currently available with more than 300 full-text documents, contributes to strengthening organizational communication by making documents of interest available to both internal and external audiences of the Institute. The study also aims to encourage governmental organizations to adopt open-source software for the dissemination, sharing, and distribution of institutional information, as well as to promote transparency and access to information, while adapting digital environments used to describe and provide access to digital files.

Keywords: Digital library. National Historical and Artistic Heritage Institute (Brazil). Brazilian Institute for Information in Science and Technology. Technical memory.

Recebido em: 29/09/2025

Aceito em: 17/12/2025

Publicado em: 23/12/2025

1 INTRODUÇÃO

Com o surgimento da internet, ainda na década de 1960, vários sistemas de informação começaram a ser criados, ainda utilizando as funcionalidades primitivas para troca de arquivos e mensagens. No final da década de 1980, antes da criação da Web, Kahn e Cerf (1988) apresentaram um projeto sobre biblioteca digital, com funcionamento na internet. Com o lançamento da Web na década de 1990 e a possibilidade das suas páginas hipermídia, sistemas de informação mais robustos foram criados. Assim, Cunha (1999) conceitua a Biblioteca Digital como um sistema de informação conectado à rede, uma biblioteca sem paredes, que armazena informações em formato digital para disseminação, sem limitações de tempo ou espaço. No Brasil, um grande precursor das bibliotecas digitais foi o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), por meio do projeto Biblioteca Digital Brasileira (BDB), seguindo o movimento dos arquivos abertos (Triska; Café, 2001). Especificamente no governo, Basevi (2005) lança a Biblioteca Digital Jurídica (BDJur) que serve como exemplo para outras. Entretanto, devido às peculiaridades, ainda é um grande desafio criar bibliotecas digitais em órgãos de governo, devido a variedade de tipologia documental, principalmente se comparado com as dos repositórios científicos e acadêmicos. Por isso, o presente estudo apresenta a Biblioteca Digital do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (BD-Iphan).

2 CONTEXTO

O Iphan tem como missão promover a preservação do patrimônio cultural brasileiro de forma sustentável, a fim de contribuir para a cidadania plena e para o reconhecimento, valorização e difusão da diversidade cultural (Iphan, 2023). Assim, o Instituto executa e promove estudos voltados para a preservação cultural, abrangendo o patrimônio material e imaterial brasileiro, mas também se elabora dossiês e recursos bibliográficos e informacionais que divulgam, disseminam e promovem o patrimônio cultural brasileiro, a partir das obras editadas pelo Iphan e/ou em parceria.

Durante a migração do portal antigo do Iphan para o Portal Gov.br, ressaltou-se a preocupação em disponibilizar as obras editadas pelo Instituto em um ambiente que favorecesse a representação e recuperação destes materiais, incluindo também as dissertações do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, ofertado pelo Centro Lucio Costa, unidade especial do Iphan.

Deste modo, ocorreram reuniões entre a equipe do Iphan e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) no intuito de formar um projeto de pesquisa, firmado a partir de um Termo de Execução Descentralizada, que objetivava estudos para implementação de Biblioteca Digital no Iphan. Assim, dividiu-se o projeto de pesquisa em 3 (três) metas: 1 - levantamento do contexto da pesquisa; 2 - criação de modelo de Biblioteca Digital, e; 3 - disseminar os resultados da pesquisa.

Na meta de *levantamento do contexto da pesquisa*, explorou-se os processos geradores de memória técnica do Iphan e a tipologia documental, pois sabe-se que Iphan possui um acervo com obras editadas e publicadas por ele, mas todo órgão de governo elabora documentos que servem o princípio arquivístico, isto é, “[...] documento produzido (elaborado ou recebido), no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado de tal atividade, e retido para ação ou referência.” (Conselho Nacional de Arquivos, 2020, p. 24). Logo, disponibilizar tais documentos estimula e promove a transparência e o acesso à informação do Instituto.

Referente a meta de *criação do modelo de Biblioteca Digital*, consistiu na instalação e customização inicial da BD, a proposta de estrutura informacional, das políticas da BD e a capacitação da equipe. Vale-se informar que ao implementar uma BD, que são, segundo o

Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), “coleções de recursos bibliográficos e informacionais disponíveis para acesso local ou remoto em qualquer mecanismo por meio eletrônico, destinada à consulta, à pesquisa e ao estudo” (Brasil, 2021, p. 1), prospecta-se o desenvolvimento do sistema da BD, escolher e/ou adotar e implementar um software, como informa Leite (2009) ao abordar sobre a criação de repositórios digitais. E a meta de *disseminar os resultados de pesquisa*, configura-se na elaboração, divulgação e apresentação dos percalços passados no desenvolvimento da BD-Iphan.

3 METODOLOGIA

Nesta seção, entende-se a metodologia como “[...] um procedimento, um dispositivo ordenado, um conjunto de procedimentos sistemáticos, utilizado para se obter um resultado desejado” (Michel, 2015, p. 60). E Matias-Pereira (2019, p. 42), diz que “o método pode ser aceito como a sequência de operações realizadas pelo intelecto para atingir certo resultado”. Dito isso, o presente estudo, trata-se de um relato de experiência, centrado na implementação da BD-Iphan, por meio de um projeto de pesquisa firmado entre o Iphan e o Ibict.

Mussi, Flores e Almeida (2021) defendem que o relato de experiência representa o início da construção de conhecimento sobre um fenômeno, e que seu registro possibilita a apresentação das práticas e intervenções realizadas. Logo, seguiu-se a estrutura tradicional da pesquisa, composta por: levantamento da documentação para o acervo da biblioteca digital; análise dessa documentação para sua organização e representação; e síntese na implementação da biblioteca.

Para a primeira meta, consultou-se documentos oficiais que revelassem os processos geradores de memória técnica, sendo que esta memória é “[...] um conjunto documental que sistematiza os conhecimentos práticos e especializados produzidos em âmbito de projetos, processos e atividades técnicas” (Ibict, [2025?]), que visa “[...] estabelecer uma cadeia de comunicação interna ao corpo técnico envolvido com os projetos, assim como buscar legitimar tais projetos para o conjunto da sociedade [...]” (Acseirad, 2019, p. 390).

Os documentos oficiais consultados foram:

- Decreto nº 11.178, de 18 de agosto de 2022, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Iphan;
- Portaria Iphan nº 63, de 29 de dezembro de 2022, que aprova o Regimento Interno do Iphan;
- Portaria nº 23, de 17 de maio de 2021, que aprova o Planejamento Estratégico Institucional 2021-2024 no âmbito do Iphan, e;
- Portaria GAB-IPHAN/IPHAN nº 49, de 8 de novembro de 2021, que aprova a Cadeia de Valor no âmbito do Iphan.

A partir da consulta e análise dos documentos relacionados, possibilitou identificar as unidades e órgãos do Iphan, juntamente com as funções e atribuições de cada unidade, a fim de dimensionar os produtos e documentos desenvolvidos e formulados no âmbito da instituição. Porém, com destaque a Cadeia de Valor, por ser um instrumento para a análise da gestão da informação, construída estrategicamente com as atividades relevantes e visando atender o propósito da instituição, como ressalva Shintaku (2023). No modelo proposto por Shintaku (2023), utiliza-se a Cadeia de Valor para apoiar a implementação de biblioteca e/ou repositório digital em instituições.

Além dos documentos oficiais citados, que dimensionam a expectativa da representação da documentação do Iphan, mas também foram compartilhados documentos digitais existentes nas unidades do Instituto, via Google Drive do Ibict. A partir da análise, elaborou-se um quadro com o indicativo das espécies e tipologias documentais.

Referente a criação da Biblioteca Digital, adotou-se o DSpace versão 7, pois é um dos softwares recomendados para implementação de bibliotecas digitais, mas também alguns estudos avaliam o sistema como o de Martins, Silva e Siqueira (2018), que analisaram os softwares livres DSpace, EPrints, Fedora, Greenstone e Islandora em algumas dimensões e funcionalidades, demonstrando que o DSpace atingiu 57%, em comparação com o EPrints que foi o segundo atingindo 38%. Outro estudo focado em documentos arquivísticos, Lampert (2016) analisa os sistemas DSpace e Archivematica, informando nas considerações finais que o “Archivematica destaca-se para preservar e que o DSpace se evidencia por dar acesso”, pois segue a filosofia da Iniciativa de Arquivos Abertos e o Movimento de Acesso Aberto à Informação Científica.

Além disso, havia-se o interesse de explorar as novidades do DSpace 7, dado que ocorreram mudanças tecnológicas quando comparadas com as versões anteriores, como a interface com Angular, REST API, submissões e *workflows* redesenhados e melhoramento no desempenho (Lyrasis, 2025). Na metodologia, explorou-se a questão tecnológica de instalação e uso do software e tratando-se da organização das comunidades e coleções, foram sugeridas formas de arranjar os objetos digitais para a equipe do Iphan (Pereira *et al.*, 2024). A partir da análise documental, propôs-se as comunidades e coleções na BD e utilizar a função de *mapear item* existente no DSpace 7.

Abordando a meta de *disseminar os resultados*, explorou-se os eventos da área para informar o andamento do projeto, como o caso do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD) e a Conferência Lusófona de Ciência Aberta (ConfOA).

3 RESULTADOS

Em vista do levantamento dos documentos produzidos no Iphan, Pereira e Shintaku (2023) indicaram as unidades de processo gerador de memória técnica e a tipologia documental (Quadro 1).

Quadro 1 - Unidade de processo gerador de memória técnica e tipo documental

Unidade	Tipo documental
Macroprocesso finalístico (DEPAM, DPI, DECOF, DPE, coordenações gerais, unidades especiais e superintendências)	Ações; Agenda institucional do diretor; Avaliação; Boletim de projetos e obras; Capacitação; Correspondências; Diretrizes; Documentos; Dossiês; Editais; Estudo; Estudo técnico; Instrução técnica; Inventários; Legislação; Normas; Normas de preservação; Notas técnicas; Parecer; Pesquisa; Políticas públicas; Procedimentos; Processo administrativo; Processos; Projeto; Publicações; Relatório; Relatório de diagnóstico
Macroprocesso gerencial (Diretoria Colegiada, Gabinete da Presidência, Comitê Gestor, DPA, Assessoria de Comunicação)	Agenda do presidente; Análise de ações judiciais; Análise técnica de atos; Atos administrativos; Audiência; Avaliação de impacto; Conteúdo do sítio eletrônico; Correspondência; Despacho; Diretrizes institucionais; Emenda parlamentar; Estudos técnicos; Expediente técnico; Instrumentos de regularização; Licenciamento ambiental; Manifestação conclusiva; Minuta de atos normativos; Normas de âmbito nacional; Plano anual e plurianual; Política de preservação do patrimônio; Políticas administrativas; Prestação de

	contas; Processo de licenciamento; Proposta orçamentária; Regimento interno; Rerratificação de tombamento; Reuniões da diretoria; Termo de Ajustamento de Conduta; Termo de Referência Específico; Tombamento
Macroprocesso de suporte (Procuradoria e Auditoria)	Ação civil pública; Chamamento público; Diretrizes da área de auditoria; Manifestações jurídicas; Minutas de acordos de cooperação técnica; Minutas de atos normativos; Minutas de convênios; Minutas de editais de licitação; Minutas de edital de concurso público ou processo seletivo; Minutas de informações em mandado de segurança; Minutas de termos de ajustamento de conduta; Normas da área de auditoria interna; Parecer sobre prestação de contas anual; Parecer sobre tomadas de contas especiais; Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna; Relatório Anual de Atividades; Relatório sobre a execução física e financeira e os resultado obtidos na aplicação; Resolução consensual de litígio; Termos de Compromisso

Fonte: elaborado pelos autores, com dados obtidos de Pereira; Shintaku, 2023, p. 15.

Porém, após análise dos documentos compartilhados via *Google Drive*, elaborou-se a Tabela 1, o qual indica a espécie/tipologia, o quantitativo presente no corpus documental, porcentagem e porcentagem acumulada.

Tabela 1 - Tipologia dos documentos compartilhados pelo Iphan

N	Tipologia	Quantitativo	Porcentagem	Porcentagem acumulada
1	Relatório	105	15,22%	15,22%
2	Planta	64	9,28%	24,49%
3	Foto/Imagem	54	7,83%	32,32%
4	Documento técnico	44	6,38%	38,70%
5	Parecer técnico	32	4,64%	43,33%
6	Mapa	30	4,35%	47,68%
7	Inventário	23	3,33%	51,01%
8	Planta de arquitetura	23	3,33%	54,35%
9	Ata de reunião	20	2,90%	57,25%
10	Nota técnica	18	2,61	59,86%

Fonte: Pereira *et al.*, 2024, p. 10.

A saber, houve o chamamento para que todas as unidades do Iphan compartilhassem os documentos, os quais foram organizados em pastas por Unidade do Iphan. Dessa forma, elaborou-se uma planilha eletrônica para informar a unidade, o tipo de documento e outras

informações, sendo analisados 700 documentos pertencentes a 20 unidades e/ou órgãos do Iphan. A partir da listagem da tipologia documental, inclui-se como valores para seleção no metadado referente ao tipo documental, como também se coloca em discussão a inclusão desses documentos na BD.

Desse modo, foram selecionados 42 tipos de documentos de caráter técnico científico para integrar a BD, sendo estas opções disponibilizadas no formulário de entrada. Estes formulários indicam os dados que devem ser inseridos para representar e recuperar os objetos digitais. Foram propostos dois modelos, um contendo metadados aplicados em todas as coleções, inclusive as novas que surgirem, e outro voltado para as dissertações, pois a coleção foi integrada a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), exigindo um padrão de metadados específicos no formulário.

Após o resultado do levantamento da tipologia documental, adentra-se no desafio da organização. Como informado anteriormente, a tecnologia utilizada no estudo foi o DSpace, visto ser o mais utilizado para esse fim e o mais robusto, na sua versão 7, a mais nova versão à época. Este sistema organiza os itens de forma hierárquica, sendo que, do nível maior para o menor, compreende em Comunidades, Subcomunidades, Coleções e Itens. Neste caso, foram criadas 5 (cinco) comunidades relacionadas às atividades de patrimônio (material, imaterial, arqueológico, mundial e ferroviário), além de uma para licenciamento ambiental, outra para publicações institucionais, para o mestrado profissional e para governança. Neste arranjo, atende-se todas as atividades finalísticas patrimoniais e de licenciamento, da mesma forma que a produção intelectual desenvolvida durante o mestrado.

Referente às coleções, repetem-se a nomenclatura dada às comunidades, pois no DSpace, não pode existir uma coleção sem estar relacionada hierarquicamente a uma comunidade. Contudo, a coleção Publicações do Iphan funciona como repositório institucional das publicações editadas/apoiadas pelo Instituto, exigindo que os itens sejam mapeados nas coleções temáticas do patrimônio. Desta forma, apoia-se no uso da funcionalidade de mapear item para a classificação.

Entretanto, a inovação é a coleção de governança voltada para a comunicação organizacional, principalmente na documentação institucional. Na criação dos metadados, utilizou-se de forma geral orientações de Santos, Simionato e Arakaki (2014), exceto para

a coleção de mestrado que foi criada com o padrão proposto pela Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), todas utilizando o padrão *Qualified Dublin Core* (QDC). A grande variação de documentos em bibliotecas digitais governamentais, já era esperado, como já apresentado por Macedo, Shintaku e de Brito (2015). Para a sua identidade visual, optou-se por implementar o Padrão Digital de Governo, conforme a Identidade Digital de Governo (IDG), voltado a dar uniformidade aos sites governamentais, conforme a Portaria nº 540 de 08 de setembro de 2020, disciplinando a implantação do padrão em sites de órgãos e entidades do Poder Executivo federal (Brasil, 2020). Quanto às licenças, optou-se por manter as originais quando são indicadas, mas deixando o mais aberto possível nas institucionais, promovendo a transparência administrativa, conforme orientações da Controladoria-Geral da União (CGU), sempre que possível. Como é de conhecimento, documentos restritos ficam em coleções que requerem identificação para acessar.

4 CONCLUSÃO

A Biblioteca Digital do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (BD-IPHAN) já está disponível para consulta, contando com mais de 300 documentos em texto completo, distribuídos em nove comunidades, dentre os quais, tem destaque a coleção de Dissertações do Mestrado do IPHAN, com 119 documentos, todos os defendidos até o momento. Com isso, o Iphan fica elegível para participar da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações e, com isso, possibilitar fazer um link entre o currículo lattes do pesquisador e sua dissertação. De forma mais geral, a BD-Iphan atua para fomentar a comunicação organizacional, disponibilizando documentos de interesse para o público interno e externo do instituto.

Por fim, o estudo visa estimular que as organizações governamentais adotem softwares livres para a divulgação, compartilhamento e disseminação da informação institucional, como também para promover a transparência e acesso à informação, mas também que adequem os ambientes digitais que são utilizados para descrever e disponibilizar os arquivos digitais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. A “memória técnica” das grandes barragens. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 389-408, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300201900020007>. Acesso em: 15 set. 2025.

BASEVI, T. BDJur Consortium–Juridical Digital Library: Implementing DSpace in the Brazilian Judiciary. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON ELECTRONIC PUBLISHING, 9., 2005, Leuven-Heverlee, Belgium. **Proceedings** [...]. Leuven-Heverlee, Belgium: Peeters Publishing Leuven, 2005.

BRASIL. Conselho Federal de Biblioteconomia. **Resolução CFB Nº 240, de 30 de junho de 2021**. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas digitais. Diário Oficial da União, Edição 127, 8 de julho de 2021. Disponível em <https://crb6.org.br/2020/wp-content/uploads/2021/07/Resolucao-CFB-N.240-Parametros-Bibliotecas-Digitais.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 11.178, de 18 de agosto de 2022**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Brasília, DF Presidência da República, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11178.htm. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Portaria nº 540, de 8 de setembro de 2020**. Disciplina a implantação e a gestão do Padrão Digital de Governo dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal. Brasília, DF: Ministério das Comunicações, 2020. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/1632/1/PRT_GM_2020_540.pdf. Acesso em: 3 out. 2025

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Glossário documentos arquivísticos digitais**. 8. versão. [S. l.]: Conarq, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde_2020_08_07.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

CUNHA, Murilo Bastos da. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 28, n. 3, p. 257-268, 1999. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/829>. Acesso em: 15 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Atuação**. Pesquisa Serviços e Iniciativas. Memória Técnica. Brasília, DF: Ibict, [2025?]. Disponível em: <https://www.gov.br/ibict/pt-br/atuacao/pesquisa-servicos-e-iniciativas/memoria-tecnica>. Acesso em: 9 set. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria nº 23, de**

17 de maio de 2021. Aprova o Planejamento Estratégico Institucional - PEI 2021-2024 no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 93, p. 240-242, 19 maio. 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital-web.iphan.gov.br/server/api/core/bitstreams/a9d7b9b4-aa1e-4143-a021-34526d907f69/content>. Acesso em: 29 set. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria GAB-IPHAN/IPHAN nº 49, de 8 de novembro de 2021.** Aprova a Cadeia de Valor no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 210, p. 14, 9 nov. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-iphan-n-63-de-29-de-dezembro-de-2022-455017542>. Acesso em: 29 set. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria Iphan nº 63, de 29 de dezembro de 2022.** Aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 246, p. 430, 30 dez. 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-iphan-n-63-de-29-de-dezembro-de-2022-455017542>. Acesso em: 29 set. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria IPHAN nº 141, de 12 de dezembro de 2023.** Aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 236, p. 31-48, 13 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/centrais-de-conteudo/legislacao/atos-normativos/2023/portaria-no-iphan-no-141-de-12-de-dezembro-de-2023>. Acesso em: 8 jul. 2025.

KAHN, R. E.; CERF, V. G. **The digital library project volume 1: the world of knowbots (DRAFT)**. Virginia: Corporation for National Research Initiatives, 1988. Disponível em: <https://www.cnri.reston.va.us/kahn-cerf-88.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

LAMPERT, S. R. Os repositórios DSpace e Archivematica para documentos arquivísticos digitais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 143-154, 2016. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/718>. Acesso em: 15 set. 2025.

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: Ibict, 2009. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/estante/catalog/book/254>. Acesso em: 15 set. 2025.

LYRISIS. What a difference Lyrasis can make. [S. l.]: Lyrasis, [2025?]. Disponível em: <https://www.lyrasis.org/>. Acesso em: 29 set. 2025.

MACÊDO, D. J.; SHINTAKU, M.; BRITO, R. F. Dublin Core usage for describing documents in Brazilian Government Digital Libraries. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON DUBLIN CORE AND METADATA APPLICATIONS, 2015, São Paulo.

Anais [...]. São Paulo: DCMI, 2015. p. 129-135. Disponível em:

<https://dcpapers.dublincore.org/files/articles/952137078/dcmi-952137078.pdf>. Acesso em: 25 maio 2023.

MARTINS, D. L.; SILVA, F. F.; SIQUEIRA, D. T. Comparação entre sistemas para criação de acervos digitais: análise dos softwares livres DSpace, EPrints, Fedora, Greenstone e Islandora a partir de novas dimensões analíticas. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 2, p. 99-120, 2018. Disponível em: <https://revistas.usp.br/incid/article/view/134333>. Acesso em: 29 set. 2025.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3. ed. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2015.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60–77, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 29 set. 2025.

PEREIRA, F. J.; MORAIS, O. D. M.; PINTO, E. M.; COSTA, M. C. S. F.; SHINTAKU, M. Biblioteca Digital do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: um projeto em desenvolvimento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 30., 2024, Recife. **Anais [...]**. Recife: FEBAB, 2024. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2024/article/view/3578>. Acesso em: 29 set. 2025.

PEREIRA, F. J.; SHINTAKU, M. **Relatório de acompanhamento da meta 1**: levantamento do contexto da pesquisa. Brasília: Ibict, 2023. Disponível em: <https://labcotec.ibict.br/omp/index.php/edcotec/catalog/book/230>. Acesso em: 4 ago. 2024.

SANTOS, P. L. V. A. C.; SIMIONATO, A. C.; ARAKAKI, F. A. Definição de metadados para recursos informacionais: apresentação da metodologia BEAM. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 146–163, 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15251>. Acesso em: 29 set. 2025.

SHINTAKU, M. Análise da cadeia de valor de órgão de governo como apoio organização de biblioteca digital. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, [S. l.], v. 12, p. 1–11, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/84584>. Acesso em: 29 set. 2025.

TRISKA, R.; CAFÉ, L. Arquivos abertos: subprojeto da Biblioteca Digital Brasileira. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 30, n. 3, p. 91–97, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/3Wz8GzgsDjDSDxypqZHhNGx/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 4 nov. 2025.